



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
SELOG/SR/DPF/MS
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO SRP nº 10/2010

PROCESSO nº 08335.018525/2010-10

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

I -OBJETO

a) Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção predial, com fornecimento de materiais e peças de reposição, compreendendo a prestação de serviços de operação, apoio, assessoramento técnico, manutenção preventiva, corretiva e emergencial no Edifício Sede e anexos da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal em Mato Grosso do Sul e suas unidades Descentralizadas, com execução mediante o regime de execução indireta, em conformidade com o Decreto nº 2.271, de 07/07/1997, Instrução Normativa SLTI/MPOG n.º 02, de 30.04.08 e Decreto 5.450, de 31/05/2005, abrangendo as seguintes instalações e sistemas prediais:

- Sistemas Elétricos (110, 220, 380 e 13.800 Volts), Rede Comum e Estabilizada, Subestação, Gerador, e afins;
- Sistemas Hidrossanitários, Águas pluviais, bombas de água potável e de esgoto;
- Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas e Aterramento -SPDA;
- Sistema de Iluminação de Emergência;
- Sistema de Prevenção e Combate a Incêndio;
- Sistema de CFTV (Circuito Fechado de TV);
- Sistema de Controle de Acesso;
- Sistema Predial Civil;
- Central de Incêndio;
- Serviços de vidraçaria;
- Serviços de carpintaria/marcenaria;
- Serviços de serralheria;
- Serviços de adequação de layout
- Serviços Gerais Concernentes à Manutenção Predial

A1) SERVIÇOS GERAIS – LISTA EXEMPLIFICATIVA E NÃO EXAUSTIVA

- Transportar mobiliário e materiais, desde que não exijam condições técnicas especiais;
- Executar pequenos reparos e reforços em mobiliário, desde que não exijam condições técnicas especiais;
- executar reparos nas instalações do edifício, tais como:
 - ✓ Reparos em pintura, com preparação da base;
 - ✓ Reparos em forros: sendo os mais empregados os de gesso e de fibra mineral;
 - ✓ Reparos e operação no sistema de som ambiente;



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
SELOG/SR/DPF/MS
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- ✓ Manutenção em placas de piso elevado (substituição e remanejamento);
- ✓ Reparos em esquadrias metálicas, de madeira, ferro ou alumínio;
- ✓ Manutenção dos telhados e manutenção das impermeabilizações;
- ✓ Manutenção, reparos, montagem/desmontagem de divisórias, portas, fechaduras, e afins;
- ✓ Reparos em persianas;
- ✓ Substituição de vidros das esquadrias.

b) Itens a serem contratados:

Quadro 1

Item	Descrição dos Serviços	Unidade de Medida	Quantidade Anual estimada
1	Serviços de manutenção predial compreendendo a prestação de serviços de operação, apoio, assessoramento técnico, supervisão, manutenção preventiva, corretiva e emergencial, nos termos previstos em Edital, <u>na Sede e anexos da SR/DPF/MS, localizada em Campo Grande – MS, e nas Unidades Descentralizadas, localizadas nas cidades de Dourados-MS, Ponta Porã-MS, Naviraí-MS, Três Lagoas-MS e Corumbá-MS, envolvendo os seguintes profissionais:</u> * COD.4083 - FEITOR OU ENCARREGADO GERAL; * COD.2436 - ELETRICISTA OU OFICIAL ELETRICISTA; * COD.247 - AUXILIAR DE ELETRICISTA; * COD.2696 - ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRAULICO; * COD.246 - AUXILIAR DE ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRAULICO; * COD.12868 - MARCENEIRO; * COD.6121 - AUXILIAR; * COD.4750 - PEDREIRO; * COD.6127 - AJUDANTE DE PEDREIRO.	Homem/hora	23.760
2	Materiais, peças de reposição e acessórios, a serem adquiridos pela CONTRATADA, nos termos previstos em Edital.	Mês	12
3	Índice de Remuneração para fornecimento do serviços referidos no item 1	Mês	12
4	Índice de Remuneração para aquisição de Materiais, peças de reposição e	Mês	12



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
SELOG/SR/DPF/MS
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

	acessórios, referente ao item 2.		
--	----------------------------------	--	--

*** Tabela SINAPI – Julho/2010 – Caixa Econômica Federal**

OBS.: No valor relativo ao Índice de Remuneração (itens 3 e 4), deverão estar inclusos todos os custos inerentes à contratação, inclusive ferramentas, equipamentos e materiais de consumo.

II -JUSTIFICATIVA

a) Os serviços de operação, apoio, assessoramento técnico, manutenção preventiva, corretiva e emergencial no edifício principal e anexos da SR/DPF/MS, bem como nas demais unidades descentralizadas do DPF em Mato Grosso do Sul, são indispensáveis para manter sua segurança, bom funcionamento e aumento da vida útil, bem como para a integridade da saúde e segurança de servidores, prestadores de serviços ou público em geral que utilizam as instalações prediais da Polícia Federal neste Estado.

b) Tratando-se de serviços não contemplados nas carreiras integrantes do quadro permanente de servidores do Departamento de Polícia Federal, considerando, também, que tais atividades não constituem objeto da instituição, faz-se necessária a contratação de empresa especializada para realizá-los, consoante o Decreto nº 2.271/1997 e IN/SLTI-MP nº 02, de 30 de abril de 2008, alterada pela IN/SLTI-MP No 03, DE 15 OUTUBRO DE 2009, e alterações posteriores cabíveis.

c) Os serviços a serem contratados são de natureza continuada, enquadram-se na classificação de serviços comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto 5.450, de 2005, e deverão ser licitados através da modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo menor preço global, com agrupamento dos serviços em apenas 01 (um) lote, composto de 04 (quatro) itens, em virtude das características técnicas dos sistemas abrangidos, cujo controle, operação e manutenção se interagem, tornando inviável a contratação de mais de uma empresa para a prestação dos serviços em questão.

III -SISTEMAS, EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES

Dados Gerais, e não exaustivos, dos principais sistemas, componentes e instalações referentes ao Objeto do presente Termo de Referência:

a) Rede elétrica comum/estabilizada

O sistema elétrico é atendido em média tensão (13,8 KV), e distribuído na edificação em baixa tensão (110/220V), contendo rede comum e estabilizada, e o suprimento de energia ininterrupta é feito por No Breaks.

b) Proteção contra descargas

O sistemas de pára-raios é composto de conjuntos de proteção do tipo Gaiola de Faraday, e outros, protegendo toda a edificação,.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
SELOG/SR/DPF/MS
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- c) Sistema de prevenção e combate a incêndio e iluminação de emergência
- ✓ Central de alarme de incêndio
 - ✓ Instalações de Prevenção e Combate a Incêndio, Compostas por hidrantes e extintores:
- d) Sistema hidrossanitário
- O sistema hidrossanitário é constituído pelas seguintes dependências e equipamentos:
- ✓ banheiros
 - ✓ vestiários
 - ✓ copas/cozinhas
 - ✓ bombas de recalque de água potável
- e) Circuito Fechado de Televisão:
- Composto por diversas câmeras de vídeo, fontes 12V, cabeamento, divisores de sinal, DVRs e monitores de vídeo.

IV -LOCALIZAÇÃO DAS UNIDADES DA SR/DPF/MS

- a) Os serviços serão executados nos locais abaixo especificados:

Quadro 2

LOCAL	ENDEREÇO	ÁREA CONSTRuí DA
Superintendência Regional de Polícia Federal em Mato Grosso do Sul	Rua Fernando Luiz Fernandes, 322 - Vila Sobrinho - Campo Grande/MS	7.548,12 M ²
Delegacia de Polícia Federal da cidade de Dourados/MS	Rua Azziz Rassellen, 205 - Vila Popular - Dourados-MS	4.867,65 M ²
Delegacia de Polícia Federal da cidade de Ponta Porã/MS	Av. Presidente Vargas, 70 - Centro - Ponta Porã/MS	770,27m ²
Delegacia de Polícia Federal da cidade de Naviraí/MS	Av. Mato Grosso, 1215 - Centro - Naviraí/MS	480,36m ²
*Delegacia de Polícia Federal da cidade de Corumbá/MS	*Praça da República, 51 -Centro - Corumbá/MS	*1.293,52m ²
Delegacia de Polícia Federal da cidade de Três Lagoas/MS	Rua Joaquim Murtinho, 3261 Jardim Alvorada - Três Lagoas/MS	948,96m ²

* A DPF/CRA/MS possui um posto avançado no perímetro urbano de Corumbá com 60m² de área construída

- b) Poderão ocorrer mudanças de endereço das unidades beneficiadas para imóveis localizados na mesma cidade.



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
SELOG/SR/DPF/MS
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

V – VISTORIA TÉCNICA

a) Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante deverá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09:00 às 11:00 horas e das 14:00 às 17:00 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (67) 3368-1202.

b) O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para abertura da licitação.

c) As VISTORIAS TÉCNICAS deverão ser efetuadas por um dos responsáveis técnicos da empresa ou profissional habilitado (Engenheiro Civil ou Eletricista) devidamente identificado e credenciado por meio de documento próprio.

d) Faz-se imprescindível a vistoria técnica para que os licitantes tenham a noção exata dos locais (edificações e instalações) a serem mantidos, que eventualmente tenham sido caracterizados de forma não exaustiva, culminando no correto dimensionamento da mão-de-obra, ferramentas, equipamentos e demais necessários à perfeita execução dos serviços ora contratados, objetivando que as propostas sejam elaboradas de forma condizente com o ônus do objeto licitado, sob pena de frustração do certame e do interesse público.

e) Observe-se a inviabilidade de ser substituída a vistoria técnica pela divulgação de fotografias, plantas, desenhos técnicos e congêneres, dada a natureza do órgão público, onde são desempenhadas atividades tipicamente policiais, podendo tal divulgação irrestrita fragilizar a sistemática de segurança ou impenetrabilidade das edificações.

f) Caso a licitante entenda que não necessita de esclarecimentos adicionais para a formulação de suas propostas, e queira prescindir da Visita Técnica às unidades localizadas nas cidades de Dourados-MS, Ponta Porã-MS, Naviraí-MS, Três Lagoas-MS e Corumbá-MS, deverá apresentar, na fase de habilitação, termo de declaração, em papel timbrado da empresa, de que possui informações suficientes e se declara apta a executar os serviços em toda sua extensão.

VI – SERVIÇOS

(A) DISPOSIÇÕES GERAIS

a) Na execução dos serviços deverão ser respeitadas, no que couber:

- As normas e especificações constantes deste Termo;
- As prescrições e recomendações dos fabricantes dos equipamentos quanto aos procedimentos de manutenção e operação;
- As normas expedidas pelo Ministério da Saúde e pela Agência Nacional da Vigilância Sanitária -Anvisa;
- A Portaria MARE nº 2.296/97 e atualizações – Práticas (SEAP) de Projetos, de Construção e de Manutenção;
- As Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT;
- As normas internacionais consagradas, na falta de normas da ABNT;



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
SELOG/SR/DPF/MS
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

- Às normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho, em especial:
- NR-6: Equipamentos de Proteção Individual – EPI;
- NR-18: Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção;
- NR-23: Proteção Contra Incêndios;
- As disposições legais, pertinentes, da União, Estado de Mato grosso do Sul e Prefeitura dos municípios envolvidos;
- Os regulamentos das empresas concessionárias de energia, água e esgoto;
- Os regulamentos do Corpo de Bombeiros do Estado do Rio Grande do Norte;
- A Resolução CONFEA nº 425/98 (ART);
- Convenções, Acordos e Dissídios Coletivos de Trabalho.

a.1) Na eventual omissão ou dúvida quanto às especificações deste Termo de Referência, deverão ser observadas as normas técnicas e legislação em vigor sobre o assunto.

b) No início da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar, obrigatoriamente, a composição da Equipe de Manutenção, bem como a função a ser exercida por cada um dos seus integrantes;

c) Para fins deste Termo de Referência:

c.1) Entende-se por manutenção preventiva o conjunto de ações e intervenções permanentes, periódicas ou pontuais, nos equipamentos, componentes e instalações, referentes ao objeto do presente Termo, do edifício-sede da SR/DPF/MS e demais unidades descentralizadas, para evitar a ocorrência de defeitos, conservando-os em perfeito estado de funcionamento;

c.1.1) Para a prestação dos serviços de manutenção preventiva deverão ser observados os manuais e orientações técnicas específicas dos equipamentos, componentes e instalações, bem como as normas vigentes sobre o assunto e prescrições da SR/DPF/MS;

c.2) Entende-se por manutenção corretiva todos os serviços que visem restabelecer o perfeito funcionamento dos equipamentos, componentes e instalações, objeto do presente Termo, do edifício-sede da SR/DPF/MS e dos demais prédios das unidades descentralizadas, por meio da correção dos defeitos verificados, incluindo a substituição de peças, componentes ou acessórios, quando necessário e nas condições do presente Termo de Referência;

c.2.1) A manutenção corretiva será realizada sempre que necessária e a qualquer tempo, mediante provocação da SR/DPF/MS,;

c.2.2) Os equipamentos que se encontram em período de garantia somente poderão receber manutenção corretiva após constatação de que o problema não decorre de defeito de fabricação;

c.2.3) Ficando constatado que o problema do equipamento decorre de defeito de fabricação, a SR/DPF/MS responsabilizar-se-á pelas providências necessárias;

c.2.4) Caso a CONTRATADA execute serviços de manutenção corretiva em equipamentos que se encontram em período de garantia e disso resulte a perda da garantia, deverá assumir, durante o período remanescente da garantia, o ônus de responsabilidade do fabricante;

d) Os serviços de operação, apoio, manutenção preventiva e corretiva serão prestados nos locais em que os sistemas estão instalados;



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
SELOG/SR/DPF/MS
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

d.1) Caso necessário, para a perfeita execução dos serviços, caberá à CONTRATADA desmontar, transportar e remontar, às suas expensas, os equipamentos que necessitem ser reparados fora das dependências da SR/DPF/MS ou Unidades Descentralizadas.

d.2) A CONTRATADA deverá manter prepostos com perfis de ELETRICISTA e ENCANADOR para primeiro atendimento, em no máximo 6(seis) horas após o acionamento, nas unidades de Dourados-MS, Ponta Porã-MS, Naviraí-MS, Três Lagoas-MS e Corumbá-MS.

e) Caberá à CONTRATADA auxiliar a SR/DPF/MS no acompanhamento de instalações e serviços correlatos ao objeto deste Termo de Referência, mesmo que executados por outras empresas, visando o seu enquadramento às rotinas de manutenção preventiva e corretiva; devendo, ainda:

e.1) Prestar assessoramento e supervisão técnica das novas instalações e serviços relativos aos equipamentos, componentes e sistemas, do edifício e demais unidades, sem ônus adicional para a SR/DPF/MS;

e.2) Assumir, imediatamente, a manutenção preventiva e corretiva dos serviços e instalações incorporadas ao edifício e demais unidades, após sua conclusão e recebimento definitivo pela SR/DPF/MS.

f) Por manutenção entende-se, também, o atendimento pela CONTRATADA das futuras demandas por serviços como: adequação de layout, instalação ou supressão de circuitos com pontos de tomada de energia elétrica, instalação de novos pontos de água ou esgoto, instalação e/ou remanejamento de circuitos elétricos para atendimento a pontos ou equipamentos específicos, substituição ou adaptação de circuitos elétricos, sistemas e tomadas, dentre outros serviços correlatos, estendendo-se o conceito retro aos demais sistemas/instalações do Objeto do presente Termo de Referência;

g) Durante a execução dos serviços de operação e manutenção, a CONTRATADA poderá sugerir modificações no PLANO DE MANUTENÇÃO para otimizar os trabalhos, devendo, contudo, serem formalmente registradas;

h) Deverá a CONTRATADA manter controle individualizado dos equipamentos e componentes do edifício-sede da SR/DPF/MS e, no que couber, das demais unidades, onde serão registradas suas características, medições, observações de funcionamento, peças substituídas e serviços executados;

(B) RELATÓRIOS DE MANUTENÇÃO

a) Elaborar e entregar para a SR/DPF/MS RELATÓRIO DE VISTORIA INICIAL de todas as instalações e equipamentos cuja manutenção esteja sob responsabilidade da CONTRATADA, prédio-sede e demais unidades descentralizadas, devidamente assinado pelo Engenheiro Responsável Técnico, no prazo de 30 (tinta) dias corridos, a contar do início da prestação dos serviços, especificando, detalhadamente, a situação em que se encontram.

a.1) O relatório deverá ser entregue por escrito e em mídia digital, contendo, no mínimo: relação dos componentes das instalações com sua localização; nome do fabricante; modelo; número de série; tipo; capacidade; tensão; corrente nominal,



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
SELOG/SR/DPF/MS
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

estado atual e outros dados que se fizerem necessários para a perfeita identificação dos equipamentos, sistemas e instalações, devendo ser apresentado relatório similar atualizado a cada 12 meses;

b) manter disponível para consulta da SR/DPF/MS o registro das atividades de manutenção preventiva, corretiva e emergencial, divulgando, por meio de relatórios mensais, devidamente organizados e catalogados, e entregues à CONTRATANTE, os procedimentos realizados e resultados obtidos, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- Nome e função dos profissionais alocados para execução dos serviços no mês de referência do relatório;
- Descrição dos serviços preventivos e corretivos executados no mês, bem como falhas de testes, incluindo a data, o horário e o local dos mesmos;
- Relação de peças, componentes e materiais substituídos por defeito/desgaste ou utilizados em ampliações/modificações;
- Relação de serviços em andamento e a executar;
- Leitura dos instrumentos de medida antes e depois dos serviços preventivos;
- Análise dos testes efetuados;
- Resumo das anormalidades e dos fatos ocorridos no período, incluindo a falta de energia e picos de consumo de energia;
- Relação de pendências, razões de sua existência e quais destas dependem de solução da SR/DPF/MS;
- O as built (projeto “como construído”) com a atualização de todas as plantas onde foram feitas alterações em relação ao projeto original, encaminhado, junto com o relatório, o arquivo digital com os desenhos compatíveis com o AutoCAD;
- Acidentes de trabalho porventura ocorridos;
- Estudos, levantamentos e testes em laboratório realizados;
- Informações sobre a situação dos sistemas e equipamentos, indicando deficiências;
- Sugestões sobre reparos preventivos ou modernizações cuja necessidade tenha sido constatada;
- Sugestões de modificações nas instalações, objetivando otimizar os sistemas e economizar energia e água.

b.1) A CONTRATADA manterá organizado, mediante processo informatizado, arquivo de leituras de instrumentos e de histórico dos equipamentos, visando verificar a ocorrência de valores em desacordo com os padrões recomendados pelos fabricantes dos equipamentos;

b.2) o controle das ações e ocorrências deverá ser efetuado por meio de software específico, cuja responsabilidade de fornecimento será da CONTRATADA;

b.2.1) O sistema deverá operar em ambiente intranet, caso solicitado pela CONTRATANTE, desde que devidamente autorizado e supervisionado pelo Núcleo de Tecnologia da Informação da SR/DPF/MS;

b.2.2) Só será permitida a instalação de computador(es) com software(s) devidamente legalizado(s);



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
SELOG/SR/DPF/MS
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

b.3) os relatórios mensais de manutenção deverão ser entregues juntamente com a fatura/nota fiscal de cobrança dos serviços de manutenção predial;

b 3.1) O modelo de Ordem de Serviço diária, semanal, quinzenal, mensal, bimestral, trimestral, semestral ou anual, poderá seguir os padrões adotados no Manual de Obras Públicas-Edificações -Manutenção – Práticas da SEAP (Secretaria de Estado da Administração e do Patrimônio) – ou ainda ser definido pelo fiscal do contrato.

b.4) os relatórios deverão conter informações gerenciais que permitam uma análise técnica, visando ações e intervenções corretivas e de melhoria das instalações prediais.

(C) EQUIPES DE MANUTENÇÃO – DEMANDA PREVISTA

a) Os serviços a serem contratados serão executados por equipe de HOMENS VOLANTES, composta por técnicos de experiência comprovada e supervisionada por profissionais de nível superior – que assumirão a responsabilidade técnica pela execução dos serviços em suas áreas específicas – mediante solicitação expressa da CONTRATANTE.

a1) Os pagamentos serão feitos por serviços executados, que terão sua duração - em hora/homem - medida de acordo tabela TCPO ou semelhante

b) A supervisão dos serviços será realizada por Engenheiro Civil ou por Engenheiro Eletricista, do quadro permanente ou com relação contratual formal com a CONTRATADA, e estes profissionais deverão ter, no mínimo, as atribuições e requisitos de qualificação expressos abaixo:

Quadro 3

Ocupação	Atribuições	Requisitos de qualificação
Engenheiro (Civil/ Eletricista)	Desempenho das atividades discriminadas na Resolução nº 218 do CONFEA, de 29/06/73, atribuídas a esta modalidade profissional. Supervisão de serviços relacionados a instalação e manutenção de equipamentos e sistemas de climatização.	Conclusão de curso de nível superior em engenharia civil / elétrica, registro no Conselho Regional de Engenharia, e 02 (dois) anos de Experiência comprovada em planejamento e controle de manutenção civil / elétrica

c) Para a supervisão prevista no item anterior, o Engenheiro supramencionado deverá supervisionar os trabalhos nas instalações da SR/DPF/MS e Unidades Descentralizadas quando solicitado pela CONTRATADA.

d) A CONTRATADA deverá apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, de acordo com o art. 1º da Lei Federal nº 6.496/77 e art. 3º da Resolução nº 425/98 do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA, dos



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
SELOG/SR/DPF/MS
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

profissionais acima, de forma a abranger todo o Objeto e período de vigência do Contrato como pré-requisito para o pagamento da primeira nota fiscal/fatura;

e) Caso nenhum dos Engenheiros seja o PREPOSTO da CONTRATADA, essa deverá, formalmente, designar um representante, legalmente habilitado, para ser o elemento de contato entre a CONTRATADA e a SR/DPF/MS;

f) Os profissionais especializados, do quadro permanente ou não da CONTRATADA, executarão os serviços de manutenção preventiva, corretiva e emergencial conforme rotinas e programações previamente aprovadas pela FISCALIZAÇÃO, exceto no caso dos chamados emergenciais efetuados pela CONTRATANTE fora do horário normal de expediente, cuja comprovação dos serviços executados ocorrerá posteriormente, sempre em conformidade com os registros de entrada e saída existentes nos Plantões Policiais das unidades demandantes.

g) Para fins de execução dos serviços compreendidos neste Termo de Referência, considera-se horário normal de expediente o trabalho desenvolvido de segunda à sexta-feira, exceto em feriados, das 07h30m às 17h30m.

h) Considerando os serviços a serem executados e as recomendações da Instrução Normativa SLTI/MPOG n.º 02, de 30.04.08, estima-se a necessidade da contratação do efetivo conforme composição MÍNIMA abaixo:

Quadro 4

Quant	Código SINAPI - Ocupação	Requisitos de qualificação
1	COD.4083 - FEITOR OU ENCARREGADO GERAL (¹)	Formação plena em curso de instalações prediais, preferencialmente pelo SENAI, IF ou similar e experiência comprovada de pelo menos 02 anos em atividades compatíveis com a função.
1	COD.2436 - ELETRICISTA OU OFICIAL ELETRICISTA(¹)	Possuir experiência mínima devidamente comprovada em funções semelhantes às que exercerá, possuindo, preferencialmente, curso em escola com reconhecimento oficial, tal como SENAI ou congêneres.
1	COD.247- AUXILIAR DE ELETRICISTA(¹)	Possuir habilidades e conhecimentos compatíveis com as funções que exercerá
1	COD.2696 - ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRAULICO(¹)	Possuir experiência mínima devidamente comprovada em funções semelhantes às que exercerá, possuindo, preferencialmente, curso em escola com reconhecimento oficial, tal como SENAI ou congêneres.
1	COD.246- AUXILIAR DE ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRAULICO(¹)	Possuir habilidades e conhecimentos compatíveis com as funções que exercerá
1	COD.12868- MARCENEIRO(¹)	Possuir experiência mínima devidamente comprovada em funções semelhantes às que exercerá, possuindo, preferencialmente, curso em escola com reconhecimento oficial,



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
SELOG/SR/DPF/MS
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

		tal como SENAI ou congênere.
1	COD.6121- AUXILIAR⁽¹⁾	Possuir habilidades compatíveis com as funções que exercerá
1	COD.4750- PEDREIRO⁽¹⁾	Possuir experiência mínima devidamente comprovada em funções semelhantes às que exercerá, possuindo, preferencialmente, curso em escola com reconhecimento oficial, tal como SENAI ou congênere.
1	COD.6127- AJUDANTE DE PEDREIRO⁽¹⁾	Possuir habilidades e conhecimentos compatíveis com as funções que exercerá

⁽¹⁾ 220h/mês

i) Na execução dos serviços, no caso de necessidade justificada, poderá ser utilizada durante o mês mais do que as horas estimadas acima, respeitando-se a dotação orçamentária anual destinada para o serviço em tela.

j) Para efeito de pagamentos serão computadas hora e suas frações;

k) O valor unitário da hora deverá contemplar todos os custos necessários à execução dos serviços (despesas administrativas, remuneração, equipamentos, transportes, hospedagens, etc.);

l) A coordenação dos trabalhos de manutenção deverá ser realizada de forma continuada e no próprio local da prestação dos serviços, exercida pelo Encarregado de Manutenção Predial, que também poderá igualmente exercer a função de representante (PREPOSTO) da CONTRATADA perante a SR/DPF/MS;

m) Os serviços serão executados nos seguintes horários:

- De segunda à sexta-feira, das 07h00m às 21h00m: conforme rotinas e programações aprovadas pela CONTRATADA;
- De forma eventual: conforme solicitação da CONTRATADA;
- No regime de sobreaviso: para atendimento a chamados emergenciais efetuados pela CONTRATADA, inclusive aos sábados, domingos e feriados, 24 horas por dia, 07 dias na semana.

n) O tempo de atendimento às chamadas emergenciais será de no máximo 60 (sessenta) minutos em Campo Grande-MS e de 06 horas (seis) para as descentralizadas em Dourados-MS, Ponta Porã-MS, Naviraí-MS, Três Lagoas-MS e Corumbá-MS.

n.1) A CONTRATADA deverá manter prepostos com perfis de ELETRICISTA e ENCANADOR para primeiro atendimento, em no máximo 6(seis) horas após o acionamento, nas unidades de Dourados-MS, Ponta Porã-MS, Naviraí-MS, Três Lagoas-MS e Corumbá-MS.

o) Os serviços realizados dentro do horário de expediente deverão ser compatibilizados com as necessidades de trabalho da SR/DPF/MS, podendo este horário, a critério da CONTRATANTE, ser alterado para a otimização dos serviços, e, eventualmente, dependendo da conveniência e das necessidades da SR/DPF/MS, também em horários noturnos ou aos sábados, domingos e feriados, sempre respeitando-se as disposições legais trabalhistas pertinentes



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
SELOG/SR/DPF/MS
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

p) Os pagamentos pelos serviços executados fora do horário normal de expediente, bem como nos domingos e feriados, terão os acréscimos previstos em legislação.

q) Os serviços de manutenção preventiva e corretiva, sempre que possível, deverão ser desenvolvidos no turno indicado para a operação. Entretanto, caso a natureza do serviço a ser executado possa causar interrupções no funcionamento do sistema, ou causar qualquer problema ao normal funcionamento da SR/DPF/MS ou Unidades Descentralizadas, os serviços deverão ser programados para outros horários e dias.

r) Para a execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar todos os materiais de insumo, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, sem repasse de custos à CONTRATANTE, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

s) A CONTRATADA deverá, ainda, disponibilizar para a EQUIPE, sem ônus adicional para a SR/DPF/MS:

- Aparelho de telefone celular habilitado para realizar e receber ligações externas, de linhas fixas ou móveis, informando o número à SR/DPF/MS;
- Rádios de comunicação do tipo "HT", que tenham área de cobertura na SR/DPF/MS;

(D) UNIFORMES E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO

a) A Equipe de Manutenção deverá manter-se identificada, por meio do uso de crachás, uniformizada, com exceção dos Engenheiros, e apresentar-se de forma condizente com o ambiente de trabalho, observando, no mínimo:

- a.1) profissional masculino: apresentar-se devidamente limpo, barbeado, unhas cortadas e cabelos penteados;
- a.2) profissional feminino: apresentar-se devidamente limpo, unhas cortadas, cabelos curtos ou presos e rosto discretamente maquiado (se maquiado);

b) Nas dependências do DPF, é obrigatório o uso de uniforme, fornecidos sem custos para o empregado, que deverá estar de acordo com as condições climáticas da região e com o disposto no respectivo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, conter o logotipo da empresa CONTRATADA e estar em perfeitas condições de apresentação

c) A Equipe de Manutenção deverá, obrigatoriamente, utilizar, além do uniforme, equipamentos de proteção individual (EPI), adequados às suas atividades;

d) A CONTRATADA deverá fornecer todos os Equipamentos de Proteção Individual necessários à execução dos trabalhos;

e) Os EPIs devem ser de boa qualidade e compatíveis com as atividades desenvolvidas pela CONTRATADA e possuir Certificados de Aprovação (CA) do Ministério do Trabalho e Emprego;

f) Os EPIs devem ser mantidos em perfeitas condições de uso e em bom estado de



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
SELOG/SR/DPF/MS
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

conservação, higienização e armazenados separados de outros materiais;

g) A CONTRATADA deve registrar a entrega de EPIs aos seus empregados em fichas individuais assinadas;

h) Os EPIs devem ser revisados no mínimo semestralmente e esta revisão deve estar registrada na ficha do empregado;

i) Caso seja fornecido pela SR/DPF/MS crachás de controle de acesso aos integrantes da Equipe de Manutenção, Será de responsabilidade da CONTRATADA o ressarcimento do valor em caso de perda, roubo, dano ou extravio.

(E) FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS

a) Deverão ser colocados à disposição das EQUIPES DE MANUTENÇÃO, para uso individual ou coletivo, os equipamentos, ferramentas, aparelhos de medições e testes, necessários à prestação dos serviços elencados neste Termo de Referência;

a.1) Caberá à CONTRATADA dimensionar e manter em condições adequadas de uso e funcionamento os equipamentos, ferramentas, aparelhos de medições e testes, bem como zelar pela sua correta utilização;

a.2) A CONTRATANTE a qualquer tempo poderá solicitar a apresentação do ferramental/equipamento supracitado para fins de fiscalização do cumprimento dos termos contratuais;

b) O ferramental/equipamentos, MÍNIMO, à disposição das Equipes de Manutenção está abaixo relacionado, devendo ser complementado sempre que os serviços exigirem, sem ônus adicional para a SR/DPF/MS:

- Jogo de chaves "ALLEN" completo.
- Jogo de chaves "ESTRELA" completo.
- Jogo de chaves de "BOCA" completo.
- Jogo de chaves "SOQUETE" completo.
- Jogo de chaves "PHILIPS" completo.
- Jogo de chaves de "FENDA" completo.
- Jogo de chaves "GRIFF" completo.
- Chave "INGLESA" .
- Jogo de limas.
- Arco de serra.
- Saca pinos.
- Alicates de pressão.
- Alicate universal com cabo isolado.
- Alicate de bico redondo com cabo isolado.
- Alicate chato com cabo isolado.
- Alicate de corte com cabo isolado.
- Paquímetro.
- Saca-fusível NH.
- Ferro de soldar.



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
SELOG/SR/DPF/MS
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

- Sugador de soldas.
- Termômetro.
- Amperímetro do tipo alicate.
- Multiteste.
- Furadeira portátil profissional ½" com jogo de brocas completo.
- Lanterna com suporte magnético.
- Talhadeira.
- Pé-de-cabra.
- Martelo.
- Martelo de borracha.
- Serrote.
- Trena.
- Nível.
- Colher de pedreiro.
- Corta frio.
- Flangeador.
- Torno de bancada (morsa).
- Esmeril de bancada.
- Escada autoportante de 3m.
- Plaina manual.
- Jogo de tarraxas para PVC.
- Megômetro de 500 V.

(F) MATERIAIS DE CONSUMO

a) O fornecimento de materiais de consumo (tais como: lubrificantes comuns, graxas, álcool, solventes, produtos de limpeza, estopa, flanela, lixas, pincéis, escovas, fusíveis, material de solda, material de escritório, colas, massa plástica, massa de vedação, fita isolante, fita de auto-fusão, fitas de vedação, parafusos, buchas de fixação e outros de pequena monta necessários à execução dos serviços) será de responsabilidade e ônus da CONTRATADA, devendo esta dimensionar e agregar tal dispêndio ao custo do serviço.

b) Visando embasar a elaboração da proposta comercial, segue, abaixo, uma relação, não exaustiva, de materiais de consumo de maior relevância, com a estimativa mensal de uso, cuja responsabilidade de fornecimento é da CONTRATADA:

Quadro 5

MATERIAL DE CONSUMO - INSTALAÇÕES PREDIAIS	CONSUMO MENSAL ESTIMADO	
	QUANT.	UNID.
Borracha	1	un
Caneta	10	un
Clips (caixa com 100 unidades)	1	cx
Desengordurante	2	l
Esponja de limpeza	5	un
Estopa crua	1	kg



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
SELOG/SR/DPF/MS
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

Fita de Teflon (veda rosca)	100	M
Fita isolante	100	m
Grampos (caixa com 5000 unidades)	0,02	cx
Graxa	0,5	kg
Lápis	3	un
Lixa de madeira	5	un
Lixa de massa	5	un
Lixa de aço	5	un
Óleo anticorrosivo (ref.: WD)	2	un
Palha de aço	5	un
Pano de chão	5	un
Papel A4	1	resma
Parafusos, pregos e buchas plásticas	1	vb
Pasta para solda	0,2	l
Régua Plástica	1	un
Sabão em Pó	5	kg
Solvente	2	l
Vaselina sólida	1	kg
Veda rosca (líquido)	2	un

c) A CONTRATADA deverá manter nas dependências da SR/DPF/MS um pequeno estoque dos impressos e formulários de controle utilizados, bem como do material de consumo necessário à prestação dos serviços.

(G) DO FORNECIMENTO DE MATERIAIS

a) Caberá à CONTRATADA adquirir as peças e materiais necessários à execução das manutenções preventivas, corretivas e emergenciais a serem aplicadas nos equipamentos e instalações, que serão objeto de ressarcimento, conforme proposta apresentada no certame, desde que tais materiais não estejam compreendidos como “material de consumo” (tópico anterior). São exemplos: cal, cimento, tinta, selador, interruptor, sensor de presença, lâmpada, reator, fio, calha, perfil laminado, luminária, refletor, vidro, mola hidráulica (para porta), sensor/detector de fumaça e alarme, sprinkler (sistema anti-chama), fechadura, maçaneta, tubulações para água e esgoto, conexões, vaso sanitário, torneira, cisão, bóia (caixa d’água), resistência, chuveiro, reparo para caixa acoplada, peças para reparo de bombas hidráulicas etc.

b) Os referidos materiais e peças terão por base, para fins de ressarcimento, o valor constante na tabela SINAPI -Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil elaborada pela Caixa Econômica Federal, sob o qual incidirá o percentual ofertado pela licitante no certame.

b1) Caso o material ou peça a ser adquirido não seja contemplado na tabela SINAPI, deverá ser apresentado ao fiscal do contrato, para prévia aprovação, 3(três) orçamentos de mercado para incidência do percentual ofertado pela licitante no certame.

c) O valor mensal indicado trata-se de mera estimativa e previsão de gasto, podendo ocorrer, durante a execução do contrato, consumo mensal superior e atípico, devidamente relatado e justificado, desde que expressamente autorizado pelo Fiscal do Contrato, e de forma que a soma dos valores mensais não ultrapassem o montante



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
SELOG/SR/DPF/MS
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

total anual contratado para este item específico.

d) O ressarcimento acima mencionado será efetuado através de nota fiscal/documento fiscal adequado à natureza do objeto comercializado, não admitido, portanto, para tal, nota fiscal específica de prestação de serviço. Para tanto, a empresa deve estar devidamente inscrita no cadastro de contribuintes estadual (ICMS).

e) Para obter o ressarcimento a CONTRATADA deverá observar a seqüência abaixo:

1. Preencher corretamente o Formulário de Autorização de Compra – FAC, conforme modelo a ser anexado ao edital;
2. Encaminhar o FAC para a fiscalização do contrato;
3. Concedida a autorização, efetivar a compra;
4. Dar entrada do material no prédio sede da SR/DPF/MS ou Unidade Descentralizada (conforme determinado pelo Fiscal do Contrato), com a respectiva nota fiscal de fornecimento e a Ficha de Autorização de Compra.
5. Registrar a entrada do material adquirido no controle de estoque, com a respectiva data de entrada.
6. Registrar a baixa do material empregado no controle de estoque, quando da sua utilização, com a respectiva destinação e data de saída.
7. A partir do primeiro dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, juntar ao documento de cobrança dos serviços, o Extrato das Compras Realizadas (conforme modelo a ser anexado ao edital) acompanhado dos respectivos Formulários de Autorização de Compra e de cópias das notas fiscais ali relacionadas, a movimentação de entrada e saída dos materiais no controle de estoque e encaminhar essa documentação à fiscalização do contrato para ateste e posterior envio ao setor de pagamento.

f) A Contratada será considerada responsável pela guarda dos materiais em seu estoque.

g) Caberá à CONTRATADA comprovar a necessidade de substituição ou aplicação do material por ela solicitado, cuja justificativa deverá ser assinada pelo Responsável Técnico e encaminhada ao FISCAL DO CONTRATO para aprovação, em campo próprio do Formulário de Autorização de Compra – FAC.

h) Os serviços prestados devem possuir garantia mínima de um ano e os materiais por ventura empregados, a garantia do fabricante.

i) O serviço de substituição de peças, partes e acessórios deverá ser executado pela CONTRATADA.

j) Quando da substituição das peças, estas deverão ser devolvidas ao Fiscal do Contrato.

(H) CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

a) Os serviços a serem contratados são de natureza continuada, enquadram-se na classificação de serviços comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto 5.450, de 2005, e deverão ser licitados através da modalidade pregão na forma eletrônica;



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
SELOG/SR/DPF/MS
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

(I) AVALIAÇÃO DO CUSTO

a) O custo estimado do presente certame foi elaborado nos moldes da Instrução Normativa nº 02/2008-SLTI/MPOG, alíneas “a” e “b”, inciso XII do artigo 15, conforme planilha juntada ao processo.

b) Para os serviços o custo base estimado teve por base a tabela SINAPI(**Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil**)

c) Para os materiais e peças (não compreendidos aqueles classificados como “materiais de consumo”) o custo estimado teve por base o consumo histórico, o tempo de uso e defasagem tecnológica dos equipamentos e instalações a serem mantidos.

d) Os orçamentos que embasam os valores referentes aos índices de remuneração do quadro a seguir(nos itens 3 e 4), e que serão os máximos admitidos para contratação, foram colhidos junto às empresas Mark Construções Ltda, C.N.P.J. 73.606.295/0001-18; Engefix Construções Ltda, C.N.P.J. 00.988.702/0001-25 e WLH Construções Ltda, C.N.P.J. 07.406.686/0001-64.

Quadro 6

VALORES ESTIMATIVOS

ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ANUAL ESTIMADA	DESCRIÇÃO	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL
1	Homem / hora	23.760	(¹)Serviços de manutenção predial compreendendo a prestação de serviços de operação, apoio, assessoramento técnico, supervisão, manutenção preventiva, corretiva e emergencial, nos termos previstos em Edital, <u>na Sede e anexos da SR/DPF/MS, localizada em Campo Grande – MS, e nas Unidades Descentralizadas, localizadas nas cidades de Dourados-MS, Ponta Porã-MS, Naviraí-MS, Três Lagoas-MS e Corumbá-MS</u>	(²) R\$ 6,67	R\$ 158.479,20
2	Mês	12	Materiais, peças de reposição e acessórios, a serem adquiridos pela CONTRATADA, nos termos previstos em Edital.	R\$ 15.625,00	R\$ 187.500,00



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
SELOG/SR/DPF/MS
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

3	Mês	12	Índice de Remuneração para fornecimento dos serviços referidos no item 1	R\$ 5.282,64	R\$ 63.391,68
4	Mês	12	Índice de Remuneração para aquisição de Materiais, peças de reposição e acessórios, referente ao item 2.	R\$ 5.937,50	R\$ 71.250,00
Valor Total Anual estimado para o contrato: R\$ 480.620,88					

(¹)Envolve todos os profissionais elencados no item I, alínea b

(²) Valor médio da hora/homem, considerando todos os profissionais elencados no item I, alínea b, segundo a Tabela SINAPI de julho/2010.

VII -OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE – SR/DPF/MS

a) Permitir o livre acesso dos empregados da CONTRATADA devidamente credenciados às dependências da SR/DPF/MS, onde serão prestados os serviços;

b) Indicar servidores públicos de seu quadro para exercerem as funções de gestão e fiscalização do contrato, incumbidos de prestarem todas as orientações, esclarecimentos, informações, bem como zelarem pela implementação e manutenção das condições adequadas para realização dos serviços, dentro das normas estabelecidas neste Termo;

c) Disponibilizar locais apropriados para funcionamento de almoxarifado, vestiário, sanitário e local administrativo com ramal telefônico, terminal de computador, para uso da CONTRATADA;

d) Efetuar, sob pena de arcar com os acréscimos moratórios previstos em contrato, o pagamento do valor mensal avençado até 30(trinta) dias após a apresentação da Nota Fiscal ou Fatura pela CONTRATADA, depois de devidamente atestada pela Administração, desde que comprovada a regularidade fiscal nos termos do art. 36, § 1º, II da IN SLTI/MPOG 02/2008, e adimplidas todas as obrigações da CONTRATADA, mormente as previstas na legislação em vigor e neste Termo de Referência;

e) Devolver a garantia prestada pela CONTRATADA, após a execução do contrato, verificado o cumprimento de todas as obrigações avençadas;

f) Dar ciência à CONTRATADA das normas regulamentares da SR/DPF/MS;

g) Reunir-se, através dos servidores gestores e fiscais do contrato, com o Responsável Técnico da CONTRATADA, periodicamente ou em caráter extraordinário, por solicitação de qualquer das partes, para garantia da qualidade da execução dos serviços e apropriação dos resultados e processos desenvolvidos;

h) Acusar à CONTRATADA, por escrito e mediante recibo, a ocorrência de irregularidades ou incompatibilidades do serviço prestado com as cláusulas do presente Termo de Referência, ou ainda, infringência de quaisquer disposições legais, regulamentares ou contratuais, bem como inadequação de material, produto ou



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
SELOG/SR/DPF/MS
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

equipamento aos fins a que se destinam, para efeito de correção, ajustamento de conduta e eventual aplicação das sanções cabíveis;

i) Receber, apreciar e manifestar-se sobre justificativas apresentadas pela CONTRATADA para prestação do serviço em nível de conformidade abaixo do exigido nos termos do presente Termo de Referência, resultantes exclusivamente de fatores imprevistos, fortuitos ou de força maior, alheios ao controle do prestador;

j) Autorizar, através do Fiscal do Contrato, a aquisição de peças e materiais necessários à execução dos serviços, conforme estabelecido no item VI, "h" deste Termo;

k) Observar, sempre que possível, se os preços das peças e materiais a serem adquiridos para a execução de serviços, estão compatíveis com os valores médios constantes nos índices de preço do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI da Caixa Econômica Federal;

l) Atestar em documento próprio a prestação dos serviços contratados em conformidade com as condições pactuadas e os termos do presente Termo de Referência, donde devam constar obrigatoriamente o período da prestação e as respectivas ocorrências.

VIII - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

a) Recrutar em seu nome e sob sua inteira responsabilidade os trabalhadores necessários à perfeita execução dos serviços, bem como ficar responsável por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à CONTRATANTE, equipamentos, ferramentas, materiais de consumo, fretes, transportes horizontais e verticais, impostos, taxas, emolumentos, administração e seguros necessários à execução dos serviços de manutenção referentes ao objeto do presente Termo de Referência, e, ainda, pela estadia dos empregados, quando do deslocamento de equipes para serviços no estado de Mato Grosso do Sul, abrangendo transporte, hospedagem e alimentação;

b) Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento completo dos serviços contratados, e nos horários predeterminados pela CONTRATANTE, conforme previsto no presente Termo de Referência, sem interrupção a qualquer título, bem como qualificar antecipadamente funcionários reservas, para a pronta reposição, em todas as hipóteses que se mostrem necessárias;

c) Disponibilizar à CONTRATANTE os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual -EPI, quando for o caso;

d) Substituir imediatamente, em caso de eventual ausência, tais como, faltas, férias e licenças, o empregado posto a serviço da CONTRATANTE, devendo identificar previamente o respectivo substituto ao FISCAL DO CONTRATO;



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
SELOG/SR/DPF/MS
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

- e) Atender de imediato às solicitações da CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, ou outras previstas em legislação, conforme descrito no Termo de Referência;
- f) Responder por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento da obrigação constante do item anterior;
- g) Entregar à SR/DPF/MS, no início da prestação dos serviços e sempre que ocorrer substituição temporária ou definitiva de empregado, ficha funcional dos integrantes das equipes de manutenção, e, quando solicitado pela CONTRATANTE, da administração (escritório) da CONTRATADA, acondicionada em pasta suspensa, contendo: foto; cópia da carteira de identidade – RG; cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF; tipo sanguíneo/fator RH; telefone para contato; comprovante de residência; cópia da anotação da ☐ Carteira de Trabalho e Previdência Social, para comprovação da regularidade do registro profissional e demais anotações de interesse; comprovante de escolaridade exigível para a função (cópia do certificado de conclusão de curso específico ou da Carteira de Trabalho e Previdência Social comprovando experiência profissional); e atestados de antecedentes criminais expedidos pelos respectivos órgãos federais e estaduais, a serem renovados semestralmente;
- h) Apresentar, quando solicitado, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão-de-obra oferecida para atuar nas instalações da SR/DPF/MS, a critério da CONTRATANTE;
- i) Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;
- j) Não permitir que seus empregados realizem horas extraordinárias fora da jornada normal de trabalho, em finais de semana ou em dias feriados, exceto quando devidamente determinado pela autoridade representante da CONTRATANTE para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;
- k) Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- l) Obter, às suas expensas, todas as licenças, autorizações, alvarás ou franquias eventualmente necessários à execução dos serviços contratados, além de arcar com todos os encargos referentes a impostos, taxas e emolumentos incidentes sobre o objeto do contrato, bem como seguro de acidentes de trabalho para seus empregados;
- m) Fiscalizar a limpeza e organização de vestiários destinados ao uso da Equipe de Manutenção, orientando sobre a correta utilização;
- n) Pagar os salários dos empregados prestadores dos serviços contratados dentro dos prazos legais, recolher os encargos respectivos e apresentar à SR/DPF/MS, como condição de recebimento mensal das importâncias avençadas e, ao final do contrato, para liberação da garantia contratual, os seguintes documentos:



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
SELOG/SR/DPF/MS
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

- cópia da folha de pagamento;
 - cópia autenticada das guias de recolhimento do INSS e do FGTS relativas aos empregados utilizados na prestação dos serviços;
 - cópia dos contracheques e dos recibos de entrega do vale-transporte, do vale-alimentação, dos uniformes e de outros benefícios estipulados na convenção/acordo/sentença normativa de dissídio coletivo de trabalho e neste Termo, que devem estar devidamente datados e assinados pelos funcionários;
 - cópia dos pagamentos de férias, décimo terceiro salário e, no caso de empregados demitidos, das verbas rescisórias;
 - informações sociais/trabalhistas exigidas pela legislação, como RAIS, CAGED etc.;
 - comprovante, ao final do contrato ou em caso de rescisão, do pagamento das verbas rescisórias ou a realocação dos funcionários em outra atividade de prestação de serviços, sem interrupção do contrato de trabalho;
 - Cópia da apólice de seguro de acidentes de trabalho ou vida para seus empregados estipulados na convenção/acordo/sentença normativa de dissídio coletivo de trabalho e neste Termo;
- o) Fornecer mensalmente, ou sempre que solicitados pela CONTRATANTE, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço -FGTS, e do pagamento dos salários e benefícios dos empregados colocados à disposição da CONTRATANTE;
- p) Não permitir a utilização do trabalho do menor;
- q) Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto no presente Termo de Referência;
- r) Não repassar quaisquer custos de uniformes e equipamentos a seus empregados;
- s) Fornecer a cada empregado o valor mensal total do vale-refeição/alimentação conforme definido no dissídio/convenção coletivo da classe, bem como do vale-transporte suficiente para o deslocamento residência/trabalho/residência durante todo o mês, em um único pagamento, no último dia útil do mês antecedente à prestação dos serviços;
- t) Responsabilizar-se pelo transporte dos empregados, desde suas residências até às dependências da SR/DPF/MS, sede e demais unidades neste Estado, e vice-versa, por meios próprios, em casos de paralisação dos transportes coletivos, bem como nas situações onde se faça necessária a execução de serviços em regime extraordinário;
- u) Efetuar o pagamento do décimo terceiro salário (gratificação natalina), até a data definida no dissídio/convenção coletivo da classe;
- v) Sujeitar-se a mais ampla fiscalização por parte da SR/DPF/MS relativamente à execução dos serviços, prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados e acatar as exigências e reclamações formuladas relativamente à adequação às disposições do presente termo;



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
SELOG/SR/DPF/MS
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

w) Manter seu pessoal orientado em relação às normas de funcionamento e segurança da SR/DPF/MS e diligenciar para que seus funcionários tratem os Servidores, Estagiários e demais trabalhadores da SR/DPF/MS com atenção e urbanidade, prestando os esclarecimentos que forem solicitados;

x) Não reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações a que tenha acesso em razão da execução dos serviços sob sua responsabilidade, sem o consentimento por escrito da SR/DPF/MS;

y) Preservar e guardar o patrimônio da SR/DPF/MS, responsabilizando-se pelos danos a ele causados por dolo ou culpa (negligência, imprudência ou imperícia) de seus empregados, bem como promover o ressarcimento dos prejuízos em valores compatíveis com as práticas de mercado, em até 30 (trinta) dias da comprovação de sua responsabilidade, sob pena de desconto do respectivo valor diretamente do pagamento mensal das importâncias contratadas, sem prejuízo da rescisão unilateral do Contrato, a juízo de conveniência da Administração;

z) Não subcontratar, transferir ou cometer o serviço a terceiros, sem prévia e expressa anuência da SR/DPF/MS, sendo vedada a subcontratação dos serviços contratados, de forma a atender o contido no presente Termo de Referência;

aa) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

bb) Mobilizar todos os recursos humanos, técnicos e materiais sob sua responsabilidade e envidar todos os esforços ao seu alcance para o atendimento a situações caracterizadas como de emergência pela Administração da SR/DPF/MS, mesmo alheias ao objeto dos serviços contratados, fazendo jus a eventual indenização pelo que desbordar de suas obrigações contratuais normais, para reequilíbrio da equação econômico-financeira do contrato (art. 65, inc. II, "d" da Lei nº 8.666/93);

cc) Levar imediatamente ao conhecimento da Administração da SR/DPF/MS qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a execução dos serviços, para a adoção das medidas cabíveis;

dd) Realizar, seja na execução de serviços de manutenção programada ou rotineira, seja na execução de serviços de caráter eventual, urgente ou emergencial, os serviços durante períodos de tempo razoáveis, adequados e compatíveis com cada prestação específica;

ee) Adquirir os materiais e peças de reposição, sob aprovação e anuência da CONTRATANTE, de forma ágil e eficiente, fazendo jus posteriormente ao devido ressarcimento, nos termos contratados, tudo conforme estabelecido no item VI-"h" deste Termo.

ff) Observar, sempre que possível, se os preços das peças e materiais a serem adquiridos para a execução de serviços estão compatíveis com os valores médios constantes nos índices de preço do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI da Caixa Econômica Federal;



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
SELOG/SR/DPF/MS
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

gg) Prestar, quando solicitado pela FISCALIZAÇÃO, ou dentro da periodicidade prevista no PLANO DE MANUTENÇÃO, serviço de assessoramento técnico e consultoria concernentes ao Objeto do Contrato;

hh) Indicar um PREPOSTO para, se aceito pela CONTRATANTE, representá-la na execução do Contrato, cabendo ao mesmo, inclusive, orientar os subordinados da empresa prestadora de serviço, devendo ser verificada a adequação da prestação do serviço com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

ii) O PREPOSTO citado no item anterior deverá informar à SR/DPF/MS um número de telefone fixo e um número de telefone móvel, ambos com prefixos 67, para ser acionado a qualquer momento do dia, quando necessário;

jj) Manter equipe para atendimento a chamadas emergenciais, fora do horário normal de expediente, inclusive aos sábados, domingos e feriados, 24 horas por dia, 07 dias na semana, por meio de telefones informados pela CONTRATADA, cuja remuneração será efetuada por hora efetivamente trabalhada, sem qualquer ônus adicional para a SR/DPF/MS. O tempo de atendimento às chamadas emergenciais será de no máximo 60 (sessenta) minutos na cidade de Campo Grande-MS e de 12 horas (doze) nas cidades do interior do estado de Mato Grosso do Sul;

kk) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;

ll) Apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), de acordo com o art. 1º da Lei Federal nº 6.496/77 e art. 3º da Resolução nº 425/98 do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA, referente ao objeto e relativa ao período de vigência do contrato como pré-requisito para o pagamento da primeira nota fiscal/fatura;

mm) Cumprir as demais obrigações da CONTRATADA também previstas em outros itens deste Termo de Referência e no respectivo Contrato, ou, ainda, aquelas que por lei lhe couberem;

IX -DA FISCALIZAÇÃO

a) A SR/DPF/MS deverá acompanhar e fiscalizar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, por meio de um representante, ou equipe, especialmente designado, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997;

a.1) O representante supracitado, ou EQUIPE, denominado FISCAL DE CONTRATO, lotado na SR/DPF/MS, bem como seus substitutos eventuais, terá livre acesso aos locais de trabalho da mão-de-obra da CONTRATADA. Não terá nenhum poder de mando, de gerência ou de controle sobre os empregados designados pela CONTRATADA para a execução dos serviços terceirizados contratados, cabendo-lhe,



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
SELOG/SR/DPF/MS
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

no acompanhamento e na fiscalização do contrato, registrar as ocorrências relacionadas com sua execução, comunicando à CONTRATADA as providências necessárias à sua regularização, as quais deverão ser atendidas de imediato, salvo motivo de força maior;

b) A fiscalização contratual dos serviços objeto do presente Termo de Referência deverá seguir o disposto no Anexo IV da Instrução Normativa nº 02, de 30 de abril de 2008, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no que couber, sem prejuízo de outras medidas que a SR/DPF/MS julgar necessárias, de acordo com a especificidade do objeto ora tratado;

c) A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o artigo 70 da Lei nº 8.666, de 1993;

X – MEDIDAS ACAUTELADORAS

a) Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação;

XI - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

a) Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000 e do Decreto nº 5.450, de 2005, da Lei nº 8.666, de 1993 subsidiariamente, a CONTRATADA que:

- a.1) Não assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta;
- a.2) Apresentar documentação falsa;
- a.3) Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- a.4) Não mantiver a sua proposta dentro de prazo de validade;
- a.5) Comportar-se de modo inidôneo;
- a.6) Cometer fraude fiscal;
- a.7) Fizer declaração falsa;
- a.8) Ensejar o retardamento da execução do certame.

b) A licitante/Adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- b.1) Multa de até 0,5% (meio por cento) sobre o valor estimado do contrato;
- b.2) Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;
- b.3) As sanções previstas nos subitens anteriores poderão ser aplicadas cumulativamente.



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
SELOG/SR/DPF/MS
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

c) Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000 e do Decreto nº 5.450, de 2005, da Lei nº 8.666, de 1993 subsidiariamente, a CONTRATADA que:

- c.1) Não executar, total ou parcialmente, o contrato;
- c.2) Apresentar documentação falsa;
- c.3) Comportar-se de modo inidôneo;
- c.4) Cometer fraude fiscal;
- c.5) Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital ou no Contrato.

d) A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

d.1) Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

d.2) Multa de:

- 0,25 % (vinte e cinco centésimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor mensal do contrato;
- Até 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa prevista no subitem acima;

d.3) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o Departamento de Polícia Federal, pelo prazo de até dois anos;

d.4) Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

d.5) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;

d.6) A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação das multas.

e) A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

f) A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

g) As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

h) Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pelo correio.

i) As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
SELOG/SR/DPF/MS
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

j) As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

XII – PROPOSTA

a) A proposta deverá conter:

a.1) As especificações do objeto de forma clara e precisa, observadas as especificações constantes do Termo de Referência;

a.2) Preço por item, valor unitário/mensal, anual e global da proposta, em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando os quantitativos constantes do Termo de Referência. O Imposto de Renda de Pessoa Jurídica -IRPJ -e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido -CSLL -, que não podem ser repassados à Administração, não deverão ser incluídos na proposta de preços apresentada;

a.3) Produtividade adotada, e se esta for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, a respectiva comprovação de exequibilidade;

a.4) A quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual;

a.5) A relação dos materiais e equipamentos que serão utilizados na execução dos serviços, indicando o quantitativo e sua especificação;

a.6) Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da sua apresentação.

b) Antes da formação dos seus preços a Licitante deverá ter realizado exame minucioso (VISTORIA TÉCNICA) nos locais onde os serviços serão executados, a fim de verificar as condições dos equipamentos, instalações e sistemas abrangidos pelo Objeto deste Termo de Referência, antever possíveis dificuldades técnicas a serem enfrentadas durante os serviços de manutenção e quantificar o reflexo dos obstáculos identificados nos valores propostos para a prestação desses serviços. Qualquer dúvida quanto à viabilidade técnica da prestação dos serviços (ou de qualquer dos seus itens ou etapas), suscitada durante a análise deste Termo de Referência ou por ocasião da realização da VISTORIA TÉCNICA pela licitante deverá ser esclarecida junto à CONTRATANTE antes da entrega ou envio da sua proposta de preços;

c) No cálculo de sua proposta a Licitante deverá prever a prestação dos serviços, em horário compreendido entre 07h30 e 17h30m, de segunda à sexta-feira, dos dias normais de trabalho, podendo este horário, a critério da CONTRATANTE, ser alterado para a otimização dos serviços.

d) A Supervisão da execução dos serviços contratados caberá aos engenheiros, civil ou eletricista, constantes no Subitem b do Item (D) deste Termo de Referência, Responsáveis Técnicos pelas manutenções ora previstas neste Termo de Referência, os quais poderão também exercer a função de PREPOSTOS, de acordo com suas áreas, cabendo à CONTRATANTE considerar os custos com estes profissionais na elaboração de sua Proposta (Despesas Operacionais/administrativas)

e) Para o cálculo, a CONTRATANTE deverá dimensionar/prever o número de horas que serão necessárias para que os referidos profissionais desenvolvam seus serviços, levando em consideração as prescrições contidas neste Termo de Referência, como,



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
SELOG/SR/DPF/MS
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

por exemplo, as visitas mínimas e eventuais na Sede da SR/DPF/MS e nas suas Unidades Descentralizadas.

f) Para a elaboração de sua proposta, a Licitante deverá preencher uma Planilha de Composição de Custo por Profissional para cada tipo de categoria necessária à prestação global do serviço, obtendo assim o valor da hora de trabalho de cada profissional e, por conseguinte, o valor total mensal das horas trabalhadas para cada profissional previsto.

f.1) Deverá ser elaborada uma planilha de custos e formação de preços para cada tipo de serviço, quais sejam: FEITOR OU ENCARREGADO GERAL; ELETRICISTA OU OFICIAL ELETRICISTA; AUXILIAR DE ELETRICISTA; ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRAULICO; AUXILIAR DE ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRAULICO; MARCENEIRO; AUXILIAR; PEDREIRO; AJUDANTE DE PEDREIRO (levando-se em consideração, além do adicional de periculosidade, custos com deslocamentos e estadia).

f.2) O modelo da planilha de custos e formação de preços comporá o edital, como anexo.

g) Os serviços prestados só serão pagos pela CONTRATANTE no caso da efetiva utilização dos serviços.

h) Os materiais necessários serão ressarcidos pela CONTRATADA, conforme previsão constante nesse Termo de Referência, quando forem efetivamente adquiridos.

i) Na composição dos seus preços unitários, a licitante deverá considerar, além de todas as despesas relacionadas com a utilização das equipes de manutenção e de todas as decorrentes do emprego, aplicação e utilização de ferramentas, equipamentos fornecimento de materiais de consumo e aquisição eventual de peças e acessórios – nas condições deste Termo de Referência -aquelas devidas à realização de trabalhos auxiliares, inclusive eventuais subcontratações, que viabilizem a execução desses serviços e as perdas ou desperdícios de insumos diretos e indiretos, mesmo que não haja a sua discriminação específica na planilha orçamentária e nos demais itens deste Termo de Referência. Dessa forma, deverão ser previamente consideradas as despesas com despachantes, deslocamentos de funcionários, diárias, transporte de materiais, ferramentas e equipamentos, utilização de veículos, impressões de documentos e limpeza, dentre outros necessariamente previstos pela licitante, como parcela dos preços unitários propostos por esta.

XIII – JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

a) O julgamento das propostas obedecerá ao critério (tipo) de MENOR VALOR GLOBAL, resultante da soma dos valores finais de todos os itens, com a respectiva aplicação dos ÍNDICES DE REMUNERAÇÃO para os itens 3 e 4, considerando todas as despesas, ônus e recomendações constantes neste projeto.

b) Os itens 1 e 2 não serão objeto de disputa.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
SELOG/SR/DPF/MS
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

ITEM 01 – SERVIÇO

Serviços de manutenção predial compreendendo a prestação de serviços de operação, apoio, assessoramento técnico, supervisão, manutenção preventiva, corretiva e emergencial, nos termos previstos em Edital, na Sede e anexos da SR/DPF/MS, localizada em Campo Grande – MS, e nas Unidades Descentralizadas, localizadas nas cidades de Dourados-MS, Ponta Porã-MS, Naviraí-MS, Três Lagoas-MS e Corumbá-MS.

- **Importante** – Esse item não será objeto de disputa, devendo as propostas serem cadastradas no sistema, conforme a seguir:
 - Unidade: **HORA/HOMEM**
 - Quantidade: **23760**
 - Valor Unitário: **R\$ 6,67**
- Não será aceita proposta diferente para o item, maior ou menor.

ITEM 02 – MATERIAIS/PEÇAS

Materiais, peças de reposição e acessórios, a serem adquiridos pela CONTRATADA, nos termos previstos em Edital.

- **Importante** – Esse item não será objeto de disputa, devendo as propostas ser cadastradas no sistema, e apresentadas, conforme a seguir:
 - Unidade: **Mês**
 - Quantidade: **12**
 - Valor Unitário: **15.625,00**
- Não será aceita proposta diferente para o item, para maior ou para menor.

ITEM 03 – SERVIÇOS

Índice de Remuneração para fornecimento dos serviços referidos no item 1
Percentual máximo admitido: 40%

ITEM 04 – SERVIÇOS

Índice de Remuneração para aquisição de Materiais, peças de reposição e acessórios, referente ao item 2.
Percentual máximo admitido: 38%

c) Exemplos de cadastramento de proposta para os itens 3, e 4 :

Importante – Taxa de Administração máxima admitida - 40%(item 3) e 38%(item 4)

Exemplos

Caso o licitante deseje cadastrar valor de lance ou proposta inferior ao valor de referência para os itens, ou seja, o licitante está oferecendo desconto sobre o valor estipulado pela Administração para o item.

A) Caso o licitante deseje oferecer Índice de Remuneração de **8%** no item 3:

R\$ 158.479,20 (valor do item 1) X 8% = R\$ 12.678,34

R\$ 12.678,34 / 12 = R\$ 1.056,52 (valor unitário)

Para lançamento no sistema:

Unidade: mês - **Quantidade:** 12 – **Valor:** 1.056,52

IMPORTANTE: Nesse caso, o Índice de Remuneração a ser aplicado para o item, na execução do contrato, será de 8%.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
SELOG/SR/DPF/MS
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

B) Caso o licitante deseje oferecer Taxa de Administração de **20%** no item 4:

R\$ 187.500,00 (valor do item 2) X 20% = R\$ 37.500,00

R\$ 37.500,00 / 12 = R\$ 3.125,00 (valor unitário)

Para lançamento no sistema:

Unidade: mês - Quantidade: 12 - Valor R\$ 3.125,00

IMPORTANTE: Nesse caso, o Índice de Remuneração a ser aplicado para o item, na execução do contrato, será de 20%

1 - O percentual aplicado para obtenção do valor da proposta no sistema será aplicado na execução do contrato para cálculo do pagamento da hora/homem – item 3 - e materiais – item 4.

2- Não serão aceitos valores maiores que os de referência, apurados pela administração, para quaisquer dos itens ofertados.

3 - Caso o licitante não deseje ofertar qualquer percentual de desconto, deverá simplesmente lançar o valor mensal estimado para os itens em disputa, a saber, itens 3 e 4, por 12 meses (quantidade)

4 - A contratação unificada da prestação de serviço com o fornecimento de materiais/peças observa primordialmente o Princípio Administrativo da Eficiência, previsto na Magna Carta, motivo pelo qual foi adotado o tipo MENOR PREÇO GLOBAL.

5 - Observa-se que a eficiência aludida no princípio constitucional não se resume apenas à verificação simplista e imediata do dispêndio versus resultado/produto final, mas engloba outros fatores analíticos, tais como: eficácia (alcance das metas), efetividade (mudança/alteração da realidade), custo de oportunidade (adoção da solução de resulta em melhores resultados, sejam econômicos, administrativos ou sociais), dentre outros. Induz ainda a uma administração pública de vanguarda, impondo que o administrador adote medidas não só viáveis economicamente, mas que satisfaçam de maneira excelente as necessidades e interesses públicos, sejam eles internos ou voltados diretamente para a sociedade.

6 - O fornecimento de tais materiais/peças é apenas fator acessório do objetivo principal deste certame: contratação de serviços para a adequada manutenção das edificações públicas. Segregar tais itens abre hipótese de contratação de fornecedores distintos, o que culminaria em possível falta de sinergia operacional, o que elevaria assim em sobremaneira o risco de não satisfação do interesse público, dado que o material/peça empregado é apenas um meio coadjuvante, mas imprescindível para a perfeita execução dos serviços, devendo ser empregado de maneira adequada e em tempo hábil.

Campo Grande-MS, novembro de 2010



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
SELOG/SR/DPF/MS
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
Elaborado pelo Setor de Licitações e contratos-SELOG/SR/DPF/MS

Aprovo este Termo de Referência:

Jose Rita Martins Lara
Delegado de Polícia Federal
Superintendente Regional -SR/DPF/MS